

Orçamento de Investimento de 2020 para o Ministério da Infraestrutura será o menor em 16 anos

O valor previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2020 para investimentos pelo Ministério da Infraestrutura é de R\$ 5,29 bilhões, valor 31,1% menor que o autorizado para 2019 (R\$ 7,68 bilhões). O cenário é de preocupação, uma vez que os

investimentos realizados pela pasta já foram reduzidos em 57,3% entre 2010 e 2018.

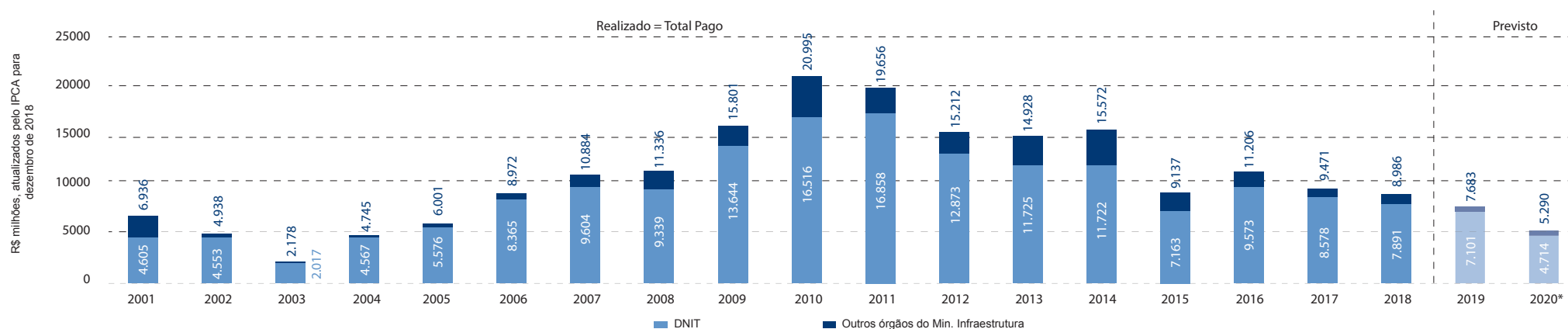
Para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que historicamente é responsável por alocar cerca de 85,0% dos investimentos do Ministério da

Infraestrutura, a previsão do PLOA 2020 é de investimentos da ordem de R\$ 4,71 bilhões, montante 33,3% menor que o autorizado para 2019 (R\$ 7,10 bilhões).

O Gráfico 1 mostra a evolução dos investimentos do Ministério da Infraestrutura

entre 2001 e 2020. Entre 2001 e 2018, tratam-se dos valores efetivamente investidos pela pasta. Para o ano de 2019, refere-se ao montante autorizado na Lei Orçamentária Anual e para o ano de 2020 é mostrado a importância prevista no PLOA 2020.

Gráfico 01 - Evolução dos investimentos do Ministério da Infraestrutura e do DNIT. 2001-2020. Em R\$ milhões.



* Para os anos de 2019 e 2020 são os valores nominais autorizados na LOA 2019 (dados do Siga Brasil obtidos em 11/9/2019) e previstos no PLOA 2020, respectivamente. Para os demais anos trata-se do total pago, corrigido pelo IPCA para dezembro de 2018. Outros órgãos do Min. Infraestrutura: VALEC, Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), Agências Reguladoras (ANAC, ANTAQ e ANTT), Administração Direta, Fundo da Marinha Mercante (FMM), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e Companhia de Trens Urbanos de Porto Alegre (TRENSURB).

Fonte: Elaboração CNT com dados do Siga Brasil e do PLOA 2020, GND = 4.

Esses valores previstos para 2020 são insuficientes para a manutenção e a adequação da infraestrutura de transportes sob responsabilidade do Governo Federal, em especial as rodovias. A análise da série histórica mostra que,

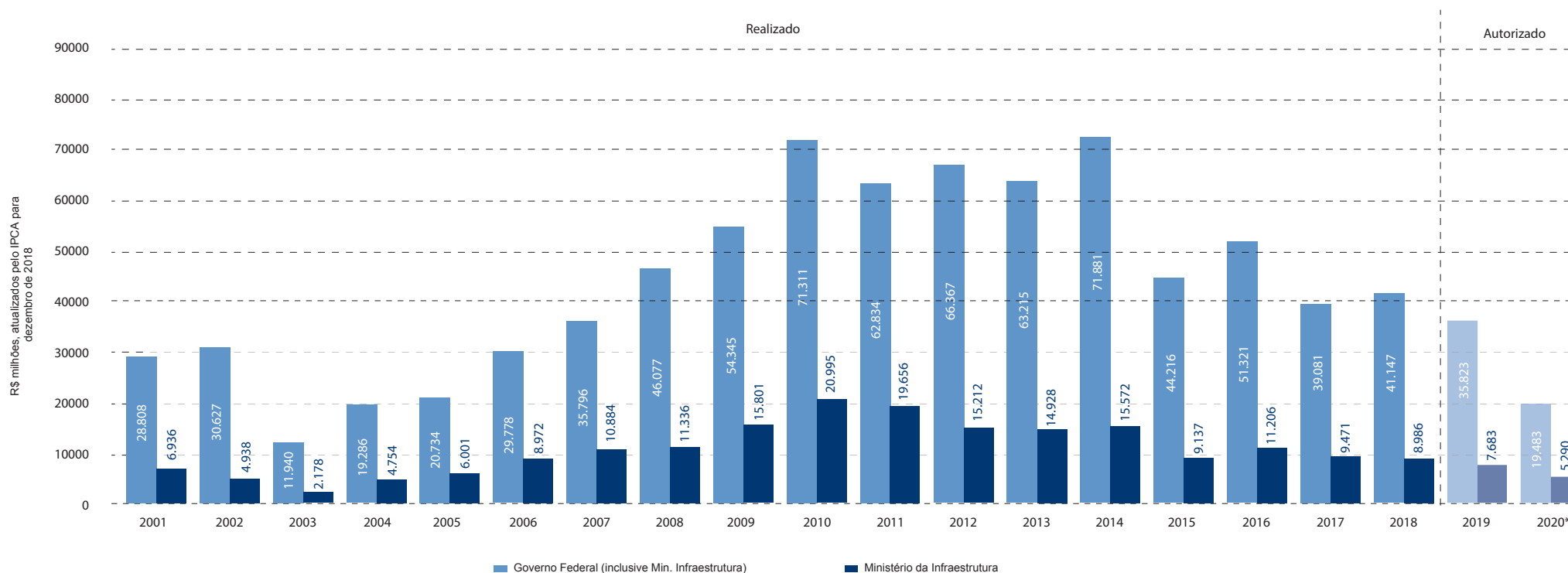
caso a previsão para o próximo ano seja executada integralmente, será o menor patamar de investimentos do Ministério da Infraestrutura em 16 anos.

Os cortes nos investimentos da pasta de Infraestrutura são mais intensos que

a queda dos investimentos públicos como um todo. Entre 2010 e 2018, os investimentos do Governo Federal foram reduzidos em 42,3%, passando de R\$ 71,31 bilhões para R\$ 41,15 bilhões, descontada a inflação do período. O PLOA 2020 prevê

apenas R\$ 19,48 bilhões (0,3% do PIB) para investimento do Governo Federal, monta 45,6% menor que a prevista para execução no ano de 2019 (R\$ 35,82 bilhões), que também será a menor desde 2004, se executado integralmente (Gráficos 2 e 3).

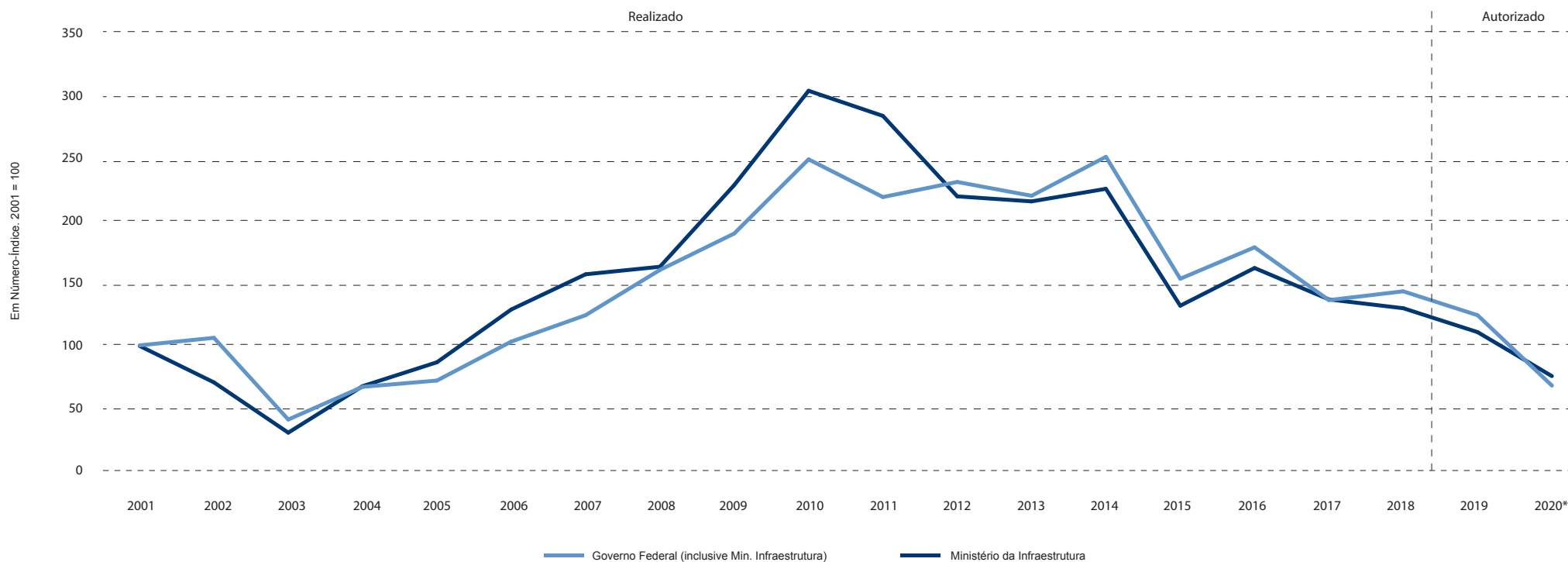
Gráfico 2 – Evolução dos investimentos do Governo Federal e do Ministério da Infraestrutura. 2001 - 2020. Em R\$ milhões.



* Para os anos de 2019 e 2020 são os valores nominais autorizados na LOA 2019 (dados do Siga Brasil obtidos em 11/9/2019) e previstos no PLOA 2020, respectivamente. Para os demais anos trata-se do total pago, corrigido pelo IPCA para dezembro de 2018.

Fonte: Elaboração CNT com dados do Siga Brasil e do PLOA 2020, GND = 4.

Gráfico 3 – Evolução dos investimentos do Governo Federal do Ministério da Infraestrutura. 2001–2020. Em Número-Índice (2001 = 100).



* Para os anos de 2019 e 2020 são os valores nominais autorizados na LOA 2019 (dados do Siga Brasil obtidos em 11/9/2019) e previstos no PLOA 2020, respectivamente. Para os demais anos trata-se do total pago, corrigido pelo IPCA para dezembro de 2018.

Fonte: Elaboração CNT com dados do Siga Brasil e do PLOA 2020, GND = 4.

A queda dos investimentos públicos federais - tanto no agregado quanto no Ministério da Infraestrutura - é resultado da forte contração promovida pelo governo sobre as despesas discricionárias

com o objetivo de cumprir as regras fiscais vigentes e evitar uma deterioração mais acentuada do resultado primário da União. Isso porque os gastos obrigatórios, como aposentadorias, benefícios sociais e

salários, têm avançado rapidamente nos últimos anos.

A Reforma da Previdência, que está em vias de ser aprovada pelo Senado Federal, é um primeiro passo para melhorar a

dinâmica da despesa pública no médio e longo prazos, pois abrirá espaço no orçamento para o governo retomar os investimentos em várias áreas, entre elas a de infraestrutura.